

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

Edição nº 1568

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	4
Súmulas de contratos.....	4
Concursos Públicos.....	7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	8
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 566/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

PROMOVER

- por antiguidade, para o cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, de entrância intermediária, a Dra. JÚLIA FLORES SCHUTT, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, ID n.º 3713652 (Edital 235/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

MARÍLIA COHEN GOLDMAN,

Promotora-Assessora.

EDITAL N.º 684/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Osvaldo da Costa Lima, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00192/2013, instaurado com o objetivo de investigar dano ambiental consistente no extravasamento de esgoto cloacal causado pela demora na execução integral das obras de drenagem pluvial e pavimentação na Rua Santa Marta, parada 47, Bairro Jardim Krahe, em Viamão/RS, contratadas através do programa municipal de Calçamento Participativo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 685/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Karina Leal Ribeiro, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00102/2011, instaurado com o objetivo de investigar dano ambiental decorrente da instalação de ponto de coleta de pneus usados pelo Município de Viamão/RS, assim como sua adequação à legislação ambiental.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 686/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Janete Maria Fernandes, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00036/2012, instaurado com o objetivo de investigar a construção irregular de um muro em via pública, na Rua dos Eucaliptos, próximo ao nº 1000, Bairro São Cristóvão, em Viamão/RS, e consequentes transtornos no trânsito de veículos e pessoal no local.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 687/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Valdir Rodrigues Pereira, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00074/2010, instaurado com o objetivo de investigar a instalação de empreendimento de lavra de areia em área de 39,69 hectares localizada dentro da Unidade Conservação Estadual da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos, situada e localidade de Oveiro, s/nº, Distrito de Itapuã, em Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 688/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Alexandre Xavier Marinho, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00062/2011, instaurado com o objetivo de investigar a regularidade do poço artesiano existente no loteamento Pomar da Estância, situado na RS 040, Km 28, parada 87, Distrito de Águas Claras, em Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

EDITAL N.º 689/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Antônia da Silva Ribeiro, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC nº 00930.00056/2009, instaurado com o objetivo de apurar dano ambiental causado pelo Poder Executivo Municipal de Viamão decorrente da canalização de recursos hídricos (arroyo) localizado na Rua São Luis, Vila Minuano, Viamópolis, em Viamão/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 690/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Luiza Oliveira de Souza, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada indeferiu a instauração de Inquérito Civil, que tratava de abaixo-assinado de moradores do Bairro Formosa, acerca da perturbação de sossego causada pelas atividades do Bar Nilkê, localizado na Rua Casemiro de Abreu, nº 206, referindo que no local há som mecânico em volume demasiado que se estende até a madrugada. A respeito foi instaurado o expediente RD.00935.00036/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 691/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Pedro Santos Machado, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada indeferiu a instauração de Inquérito Civil, que tratava de representação acerca de estabelecimento comercial que estaria promovendo festas durante a madrugada, perturbando o sossego, já que o volume do som estaria além do permitido. A respeito foi instaurado o expediente AT.01602.01088/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 692/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Pro-

motoria de Justiça Especializada de Vacaria indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de eventual irregularidade na produção e destinação de milho cultivado na estação experimental do Município de Campestre da Serra/RS, bem como eventual uso de máquina do Poder Público Municipal para realização de serviços em propriedade particular. A respeito foi instaurado o expediente RD.00924.00449/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 693/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria indeferiu a instauração de Inquérito Civil, que tratava de acompanhar as medidas adotadas pela Prefeitura Municipal de Vacaria no que se refere à licitação para contratação de equipamentos de sonorização e iluminação para a feira do livro, tendo em vista a suposta irregularidade na convocação de interessados na prestação de serviços. A respeito foi instaurado o expediente AT.00924.00041/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 694/2014 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei nº 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.000894.00085/2014-9.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Procurador-Geral de Justiça, em exercício.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 695/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Vagner Luis da Silva, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de reclamação de servidor municipal concursado no sentido de que teria havido redução de valores e não pagamentos de



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

horas extras e noturnas. A respeito foi instaurado o expediente AT.01602.01215/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 696/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a Sra. Adriana Jesus Souza, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa de Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC nº 01128.00111/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível negligência no atendimento de paciente e averiguar ausência de Corpo Clínico na emergência do Hospital Conceição de Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 27 de novembro de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 567/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONCEDER

- o abono de permanência, previsto no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, à servidora TANIA MARA REIS ZIBETT, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3428133, a contar de 03 de dezembro de 2014, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.01038/2014-2 - Port. 4449/2014).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANGELA DA SILVA LUPI FERRAZ, para exercer o cargo de Enfermeiro, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 4501/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUIZ LOBATO FORGIARINI, para exercer o cargo de Geólogo, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o primeiro (1º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 4502/2014).

REVOGAR

- a contar de 12 de novembro de 2014, a Portaria n.º 3166/-2013, que designou a servidora ELISABETE DOS SANTOS LOPES, Adido - Brigada Militar, ID n.º 2233800, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 4503/2014).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 03/11/2014, no cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", DEIVIDI MORAES RODRIGUES, tendo entrado em exercício em 02/12/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 4644-09.00/10-5
CONCORRÊNCIA N.º 02/10**

CONTRATADA: TÉCNICA CONSTRUÇÕES LTDA.; **OBJETO:** acréscimo de materiais e serviços, resultando no ajuste, ao preço total do contrato, da quantia de R\$ 18.094,34 (dezoito mil, noventa e quatro reais e trinta e quatro centavos); prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 10 (dez) dias, a contar de 01 de dezembro de 2014; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas. **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 65, inc. I, "a" e "b", e §1º, e artigo 57, §1º, incisos I e IV, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.30203**

CONTRATADA: PÖYRY CONSULTORIA EM GESTÃO E NEGÓCIOS LTDA.; **OBJETO:** renovação de assinatura anual do boletim RADAR POYRY SILVICONSLUT, para o acervo da Biblioteca, totalizando o valor de R\$ 6.700,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO:** em 02 de dezembro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
CO.30280

CONTRATADA: CP ELETRÔNICA LTDA.; **OBJETO:** fornecimento de cabos e instalação de baterias para cinco no-breaks em operação nas Sedes Institucional, Administrativa e das Promotorias Especializadas desta Instituição; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.225,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubricas 3.3.90.39/3931 e 3.3.90.30/3013; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, caput e inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/1993; **RATIFICAÇÃO** em 1º de dezembro de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 2831-09.00/14-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 89/14

CONTRATADA: CONECTA 190 TECNOLOGIA EM SEGURANÇA LTDA; **OBJETO:** serviços de certificação de identidade dos candidatos aprovados nos concursos públicos para os cargos de Agente Administrativo e Secretário de Diligências; **VALOR UNITÁRIO:** R\$ 49,95 por laudo pericial comparativo elaborado; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3910; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.ºS 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºS 33/08 e 47/05, pela Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais n.ºS 8.666/93 e 10.520/02 e pelo Provimento PGJ/RS n.º 54/02;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO N.º 2597-09.00/14-2
TOMADA DE PREÇOS N.º 16/14

CONTRATADA: TRATARE SANEAMENTO LTDA. ME; **OBJETO:** construção (302,43 m2) do prédio sede da Promotoria de Justiça de Tapejara/RS, em terreno localizado na Av. Sete de Setembro, Quadra 90, Lotes 239-B e 239-C, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais; **VALOR TOTAL:** R\$ 948.694,77; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01; Recurso 0011; Projeto 1764; Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Estadual n.º 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 2630-09.00/14.0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 78/2014

No dia 01 de dezembro de 2014, compareceu à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, para registrar o preço e a respectiva quantidade, a empresa EVANDRO LEONAN BATISTA ME, vencedora dos itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	PREÇO UNIT. (R\$)
1.1	ALIMENTAÇÃO TIPO 1 – 01 VARIEDADE DE MASSA SALGADA, 01 VARIEDADE DE MASSA DOCE, 01 VARIEDADE DE SUÇO. MARCA/ MODELO: NATURALE, PETRY, DEL VALE, SUVALAN.	8000	13,00
1.2	ALIMENTAÇÃO TIPO 2 – 02 VARIEDADES DE MASSA SALGADA, 02 VARIEDADES DE MASSA DOCE, 02 VARIEDADES DE SUÇO. MARCA/ MODELO: NATURALE, PETRY, DEL VALE, SUVALAN.	8500	14,85



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Provimentos PGJ/RS 54/2002, 40/2004 e 47/2006; pelas Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 2694-09.00/14-2
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 79/14

CONTRATADA: PTL S SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA.; **OBJETO:** aquisição dos itens abaixo, bem como os serviços de instalação, configuração e consultoria, conforme especificações constantes do anexo II do Edital:

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UN.
01	01	Switch Core	02	Unidade
01	02	Módulo de 48 portas cobre para Switch Core	01	Unidade
01	03	Serviço de instalação e configuração	01	Unidade
01	04	Consultoria presencial (on-site)	300	Hora

VALOR TOTAL: R\$ 1.048.750,05; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Categorias Econômicas 3.3.90.35/3.3.90.39/4.4.90.52, Rubricas 3502, 3924 e 5228. **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS nº 33/08, 47/05 e 54/02, Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de novembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 2802-09.00/14-7
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 87/14

CONTRATADA: VIA PORTO VEÍCULOS LTDA.; **OBJETO:** aquisição de 03 (três) veículos automotivos novos, sem uso, emplacados/lacrados (placa oficial branca/Estado do Rio Grande do Sul), com a devida documentação legal e acompanhados de todos os acessórios obrigatórios por lei, em consonância com as especificações constantes do Anexo II do Edital, como segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE. (UN.)	MARCA/MODELO	PREÇO UNIT. (R\$)
01	Veículo tipo camioneta, ano/modelo 2014/2014 ou 2014/2015, cor prata, conforme especificações constantes do Termo de Referência	03	Fiat/Doblò Essence 1.8	R\$ 68.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 204.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5201; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.ºS 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºS 33/08 e 47/05, pela Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais n.ºS 8.666/93 e 10.520/02 e pelo Provimento PGJ/RS n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE **ASSESSOR – ÁREA DO DIREITO** DO QUADRO DE PESSOAL DE
PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL Nº 526/2014

GABARITO DAS PROVAS OBJETIVAS E PRAZO PARA RECURSOS

TORNO PÚBLICO que a Comissão de Concurso, tendo em vista o Concurso Público para o cargo de Assessor – Área do Direito, Classe “R”, Edital nº 377/2014, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 29 de agosto de 2014,
RESOLVE:

- I. **DIVULGAR**, no Anexo I deste Edital, o gabarito das provas objetivas.
- II. **INFORMAR** que a imagem do caderno de questões das provas objetivas está disponível para download na página da Unidade de Concursos Públicos, no sítio do Ministério Público (<http://www.mprs.mp.br/concursos>).
- III. **ABRIR PRAZO** para interposição de recurso quanto às provas objetivas, nos seguintes termos:
 - a. Os recursos deverão ser interpostos através da internet. Para tanto, o candidato deverá **acessar seu cadastro** no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos>), selecionar a opção INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas.
 - b. **O período para interposição de recursos é das 09h00min do dia 05/12/2014 às 18h00min do dia 10/12/2014.**
 - c. O recurso interposto para cada questão está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres.
 - d. É vedado ao candidato fazer qualquer tipo de identificação pessoal no teor do recurso.
 - e. Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas no Capítulo XIII do Edital de Abertura do Concurso nº 377/2014 e neste edital não serão conhecidos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de dezembro de 2014.

IVORY COELHO NETO,

Presidente da Comissão de Concurso.

ANEXO I

GABARITO DA PROVA OBJETIVA

1	C	21	B	41	E	61	A
2	E	22	D	42	A	62	C
3	D	23	B	43	D	63	B
4	E	24	B	44	C	64	B
5	B	25	E	45	A	65	D
6	B	26	D	46	E	66	C
7	C	27	E	47	D	67	E
8	D	28	C	48	A	68	A
9	A	29	D	49	D	69	E
10	E	30	C	50	B	70	C
11	A	31	D	51	B	71	C
12	A	32	B	52	C	72	D
13	E	33	E	53	E	73	C
14	A	34	B	54	A	74	B
15	B	35	E	55	D	75	C
16	A	36	C	56	C	76	A
17	C	37	A	57	B	77	C
18	D	38	B	58	C	78	B
19	E	39	B	59	D	79	A
20	D	40	D	60	D	80	E



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 15/2014 - CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

IC 00712.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Alegrete, por João Cláudio Pizzato Sidou, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual má prestação dos serviços de transporte a pacientes pela Secretaria Municipal de Saúde de Alegrete.

IC 00712.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Alegrete, por João Cláudio Pizzato Sidou, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades sanitárias, descumprimento de normas técnicas e protocolos médicos e alterações de documentos e prontuários médicos na Santa Casa de Caridade de Alegrete.

IC 01177.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Alvorada, por Cassiano Marquardt Corleta, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos Lar Amor e Vida, localizada na Travessa Bolívia, no 47, Bairro Passo do Feijó, no município.

IC 00721.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, por Daniel Soares Indrusiak, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a regularidade da instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, localizada na Av. Visconde do Rio Grande, nº 235, centro, no município. Investigados: Carlos Tadeu Silveira e Lar Santa Helena.

IC 00726.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, por Cíntia Foster de Almeida, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar denúncia sobre as condições de higiene e demais irregularidades nas dependências de estabelecimento comercial do ramo alimentício no município. Investigado: Dom Ítalo – Restaurante e Pizzaria.

IC 00737.00031/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Canela, por Paulo Eduardo de Almeida Vieira, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a falta de estrutura física e administrativa para o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Canela.

IC 00748.00123/2011 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adrio Rafael Paula Gelatti, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificação da acessibilidade nas agências bancárias de Caxias do Sul.

IC 00748.00140/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de verificação de acessibilidade na agência bancária do Banco Safra S. A. de Caxias do Sul.

IC 00748.00142/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a adequação das agên-

cias do Banco HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo, localizadas em Caxias do Sul, às cláusulas de acessibilidade previstas no TAC firmado em 16 de outubro de 2008 pelo Ministério Público Federal e a FEBRABAN, ao qual o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul aderiu em 24 de maio de 2010.

IC 00748.00149/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em ILPI – Casa de Repouso Longe Vitta (Griebeler & Bueno Ltda ME) constatadas em fiscalização conjunta do Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso e Vigilância Sanitária, em especial com relação à constatação de que alguns idosos permanecem longo tempo desacompanhados e há necessidade de atualização mais frequente de estudos sociais.

IC 00748.00150/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Adriana Karina Diesel Chesani, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em ILPI – Casa de Repouso Sítio do Vovô Ltda, constatadas em fiscalização conjunta do Ministério Público, Conselho Municipal do Idoso e Vigilância Sanitária, em especial, com relação à necessidade de contratação de profissional para a realização de atividades com os idosos, de atualização mais frequente dos estudos sociais e adequações estruturais.

IC 00748.00330/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Mauro Rocha de Porchetto, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a demora na realização de procedimentos endovasculares pelo SUS para os residentes de Caxias do Sul. Investigado: Hospital Geral de Caxias do Sul – Fundação Universidade de Caxias do Sul.

IC 00748.00063/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, por Mauro Rocha de Porchetto, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a demora na realização de consultas médicas com otorrinolaringologista e gastroenterologista, no município.

IC 00788.00070/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé, por Cláudio da Silva Leiria, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar fato de pessoa designada para trabalhar no SAMU – Serafina Corrêa, porém não tem capacitação técnica para desempenhar a atividade, no município.

IC 00949.00176/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades envolvendo a prestação dos serviços de saúde nos Postos de Saúde do município.

IC 00949.00187/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades envolvendo suposta omissão do município de Capão da Canoa quanto à implementação de paradas de ônibus cobertas em Capão Novo, bem como quanto à impropriedade de localização das existentes, situação que vem causando risco à segurança dos usuários dos serviços de transporte coletivo da localidade.

IC 00949.00188/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, por João Carlos de Azevedo Fraga, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregu-



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 03 de dezembro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1568

laridades envolvendo a negativa do município de Capão da Canoa quanto à prestação dos serviços de saúde aos moradores do Posto 6 de Capão Novo, notadamente junto aos Postos de Saúde e, ainda, quanto ao fornecimento de atendimento médico especializado e medicamentos.

PI 00729.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, por João Afonso Silva Beltrame, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar a conduta dos funcionários e médicos do Hospital de Caridade e Beneficência quanto a suposta irregularidade na emissão de declaração de óbito.

IC 00763.00031/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Erechim, por Carmem Lucia Garcia, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a ocorrência de possíveis irregularidades na Comunidade Terapêutica Acolher, no município. Investigados: Comunidade Terapêutica Acolher e Jorge da Cruz.

IC 0775.00045/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen, por Rogério Fava Santos, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar o regular funcionamento da Clínica renal de Frederico Westphalen. Investigados: 19ª Coordenadoria Regional de Saúde, Clínica Renal – Frederico Westphalen.

IC 00788.00064/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé, por Cláudio da Silva Leiria, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar pleito por melhores condições aos estudantes, por grupo de mães e pais de crianças/adolescentes com deficiência, matriculados em escolas comuns da rede pública de Guaporé e Dois Lajeados.

IC 00798.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Jaguarão, por Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a falta de serviço de fisioterapia pelo SUS de Jaguarão.

IC 00802.00055/2014 instaurado pela Promotoria de Justiça de Lajeado, por Sérgio da Fonseca Diefenbach, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar as condições de funcionamento da Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Mundo, de Santa Clara do Sul.

IC 00820.00195/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades na entidade asilar Aconchego Residencial Geriátrico, no município.

IC 00820.00213/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Residencial Amizade, situado na Rua São Francisco, 748, no município.

IC 00820.00214/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Residencial Amizade II, situado na Rua Dom Pedrito, 986, no município.

IC 00820.00215/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Residencial Nossa Senhora Aparecida, situado na Rua Dona Elisa, 82, Bairro Fátima, no município.

IC 00820.00216/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de

Passo Fundo, por Paulo da Silva Cirne, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar eventuais irregularidades no Residencial São Francisco, situado na Rua Luiz Augusto Hexsel, 65, Bairro Vera Cruz, no município.

IC 00821.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Clarissa Ammélia Simões Machado, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na execução do Programa Nacional de Controle da Dengue, as quais possam estar colocando em risco a saúde pública da população local.

IC 00821.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Passo Fundo, por Clarissa Ammélia Simões Machado, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na estrutura física e material existente junto ao CAIS Dr. Luiz Fragomeni, localizado no bairro São Cristóvão, em Passo Fundo, as quais possam estar colocando em risco seus usuários.

IC 01128.00039/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar eventual falta de medicamentos dispensados pela rede de atenção básica no município de Porto Alegre.

IC 01128.00106/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a instalação de Unidade de Saúde da Família da Vila do Salso.

IC 01128.00054/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar possível irregularidade na Clínica Dr. Rene Assumpção S/S Ltda.

IC 01128.00038/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades apontadas em vistoria realizada pelo CREMERS, na Unidade Básica de Saúde Modelo – Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

IC 01128.00049/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar eventual descumprimento de compromisso assumidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, na qual traz prejuízos à saúde dos usuários no acesso e no atendimento das famílias.

IC 01128.00096/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar as inadequações no funcionamento da Comunidade Terapêutica Novos Horizontes.

IC 01217.00036/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar problemas na instalação elétrica dos alojamentos e banheiros da Fundação Patronato Lima Drummond. Investigados: Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Patronato Lima Drummond e SUSEPE.



IC 01217.00033/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre, por Luciana Moraes Dias, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar ausência de ocupação laboral na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas – SUSEPE.

PI 00865.00066/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Fernando Chequim Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar estrutura física mínima do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria.

PI 00865.00067/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria, por Fernando Chequim Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar estrutura material e humana do Programa Estratégia da Saúde da Família – ESF, no município.

PI 00876.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto, por Rodrigo Ballverdu Louzada, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no cadastramento de Iloni Herbertz junto ao programa Bolsa Família, no município de São Valério do Sul.

IC 00891.00009/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar a implantação municipal do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

IC 00891.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000, a qual determina as regras de promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Farmácia Marin.

IC 00891.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Feitoria.

IC 00891.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Ponto Zebrão.

IC 00891.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Coelho e Hallam.

IC 00891.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investiga-

do: Casa Lotérica Qsorte.

IC 00891.00015/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Trevo.

IC 00891.00016/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Irmãos Reichert e Cia.

IC 00891.00017/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Lobão.

IC 00891.00018/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Leopoldo, por Débora Rezende Cardoso, com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Lider.

IC 00894.00007/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamércia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar os investimentos orçamentários Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde.

IC 00894.00029/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, por Dinamércia Maciel de Oliveira, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as aplicações dos investimentos orçamentários, Municipais e Estaduais, e repasses de verbas, em atendimento e políticas públicas de saúde. Investigado: Município de Bossoroca, representado pelo Poder Executivo Municipal.

IC 00900.00044/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de São Valentim, por Adriano Luís de Araujo, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar eventual lesão aos direitos dos servidores públicos de Faxinalzinho, em decorrência do não fornecimento de equipamentos de proteção individual.

IC 00903.00073/2014-4 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, por Mauricio Sanchotene de Aguiar, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar eventual irregularidade no funcionamento do Conselho Municipal da Saúde de Sapucaia do Sul.

PI 00907.00050/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade, por Mari Oni Santos da Silva, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar deficiência na saúde pública. Investigado: Hospital de Caridade Frei Clemente.

IC 00915.00126/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Susana Cordero Spode, Promotora de Justiça,



com a finalidade de averiguar a inexistência de formalização de processos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Balneário Pinhal.

IC 00915.00127/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Susana Cordero Spode, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a inexistência de formalização de processos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Cidreira.

IC 00915.00128/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Susana Cordero Spode, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a inexistência de formalização de processos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Imbé.

IC 00915.00129/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Tramandaí, por Susana Cordero Spode, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a inexistência de formalização de processos administrativos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do município de Tramandaí.

IC 00924.00075/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Vacaria, por Luis Augusto Gonçalves Costa, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar possível déficit de médicos atendendo na UPA, no município de Vacaria, visto que pela Portaria 342/2013 do Ministério da Saúde, há exigência de dois médicos durante as 24h de atendimento e há notícias de que apenas um médico está prestando serviço. Investigado: Poder Executivo do Município de Vacaria.

IC 00931.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar se o Concurso Público 01/2013 da Prefeitura Municipal de Viamão atende ao regramento jurídico que assegura reserva de vagas para pessoas com deficiência.

IC 00931.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a demanda reprimida para consultas especializadas em Otorrinolaringologia adulto. Investigado: Município de Viamão.

IC 00931.00080/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Viamão, por Gisele Moretto, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar denúncia de maus-tratos a pacientes da ala de saúde mental e dependência química do Hospital de Viamão. Investigado: Fundação Universitária de Cardiologia – Hospital de Viamão.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador,
Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.
De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.